



Os produtores orgânicos certificados no Rio Grande do Sul: análise sobre dados relativos ao período de 2006 e 2018.

Certified Organic Producers in the state of Rio Grande do Sul (Brazil): data analysis for the years 2006 and 2018.

SIQUEIRA, Rodrigo de Oliveira¹; SPIERING, Viviane¹, CUNHA, Henrique Noguez¹; BLANK, Nathany Miranda¹, BIERHALS, Daiana Fonseca², MIURA, Adalberto Koiti³

¹ Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), rodrigogeo2009@yahoo.com.br, spieringv9@gmail.com, henriquencunha@gmail.com, nathany.blk@gmail.com; ² Embrapa Clima Temperado/CNPQ, daiana.fb@hotmail.com; ³ Embrapa Clima Temperado, adalberto.miura@embrapa.br

Eixo temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de apresentar o panorama referente à certificação de produtos orgânicos no Rio Grande do Sul a partir da análise de dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) e do Censo Agropecuário Brasileiro (IBGE), tratando também sobre a importância do conjunto legislativo para os sistemas de produção orgânicos. As informações disponíveis na forma de planilha foram transformadas em dado espacial possibilitando a geração de mapas sobre os Produtores Orgânicos Certificados por município do estado do Rio Grande do Sul. Em análise comparativa dos dados, observou-se um crescimento de aproximadamente 206% na quantidade de produtores orgânicos cadastrados no estado em um período de 12 anos (entre 2006 e 2018), indicando um significativo crescimento desse ramo de atividade.

Palavras-chave: Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO); Rio Grande do Sul.

Keywords: Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO); Rio Grande do Sul.

Introdução

Este trabalho propõe apresentar o panorama referente à certificação de produtos orgânicos no Rio Grande do Sul a partir da análise de dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) e do Censo Agropecuário Brasileiro (IBGE), tratando também sobre a importância do conjunto legislativo e regulatório para os sistemas de produção orgânicos no Brasil.

Historicamente a regulamentação da qualidade dos produtos alimentares iniciou-se na França, em 1919, com a denominação da “Apelação de Origem” no setor vinícola artesanal, contrapondo-se com o avanço das vinícolas industriais na época. Apenas a partir dos anos 1970 que se estabelecem padrões (Standards) relacionados aos alimentos orgânicos, com inserção dos primeiros “selos de qualidade” difundidos em países na Europa e posteriormente nos Estados Unidos (FONSECA, 2002).

No Brasil, considera-se como marco a consolidação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG) a partir da lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003, a qual regulamenta a produção, o armazenamento, a rotulagem, o transporte, a certificação, a comercialização e a fiscalização dos produtos. O



SISORG representa um conjunto de instituições e entidades encarregadas de acompanhar e fiscalizar as práticas e procedimentos geridos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) com a finalidade de garantir a rastreabilidade dos produtos orgânicos (NIERDELE *et al*, 2013).

Posteriormente, no Decreto nº 6323 de dezembro de 2007, o governo brasileiro regulamentou os novos critérios para o funcionamento de todo o sistema de produção orgânica. Conforme as novas regras, os agricultores familiares recebem autorização para a venda direta ao consumidor, desde que estejam cadastrados ao órgão fiscalizador (controle social). Como esses produtos não são obrigados a serem submetidos a um organismo de avaliação da conformidade, eles devem conter a expressão “produto orgânico não sujeito à certificação nos termos da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003” (conforme o decreto nº 6.323/2007, art. 21).

Após os decretos de 2003 e 2007, foram expedidas Instruções Normativas relativas ao regulamento técnico e de registro de produtos fitossanitários na agricultura orgânica. A Instrução Normativa Conjunta nº 01 de 24 de maio de 2011, da Secretaria de Defesa Agropecuária, Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); estabelece os procedimentos para o registro de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica. Posteriormente foi expedida a Instrução Normativa do MAPA nº 17 de 18 de junho de 2014, que estabelece o regulamento técnico para os sistemas orgânicos de produção, e define e atualiza listas de substâncias e práticas permitidas para uso nos sistemas orgânicos de produção.

Todo esse conjunto legislativo proporciona legitimidade e regularização aos sistemas orgânicos de produção. Entretanto, o reconhecimento legal é apenas um primeiro passo em direção a transição de um novo paradigma para a agricultura, que promova a ampliação das condições de acesso a alimentos saudáveis de sistemas de produção agrícola ecologicamente e socialmente equilibrados. Em 2012 foi instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), tendo como um dos principais instrumentos o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Também reconhecido como “Brasil Agroecológico”, no período de 2013 a 2015, promoveu a articulação entre agentes públicos e privados e ampliou as políticas públicas no país, com investimento de R\$ 2,9 bilhões (MDA, 2016).

Atualmente, em síntese, a legislação brasileira considera o produto sendo orgânico quando originado de um sistema orgânico de produção agropecuária (ou extrativista) ecologicamente sustentável. Porém, para serem comercializados como produtos orgânicos, os produtores deverão estar certificados por organismos credenciados no MAPA, sendo facultativa a certificação de agricultores familiares que fazem parte de organizações de controle social (exclusivo na venda direta ao consumidor). Os produtores certificados (Certificação por Auditoria, Sistema Participativo de Garantia ou Controle Social) são inseridos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO). Na divulgação mais recente do MAPA (2019), havia 5.934 produtores



orgânicos registrados no CNPO em 2012 no Brasil. Em 2018, foram registrados 17.473 produtores orgânicos no país, evidenciando um crescimento de quase 200%. Portanto, esse cadastro nacional é uma importante ferramenta para a obtenção de informações referentes aos sistemas de produção orgânica no país.

Conforme estudo realizado por Marini (2016) sobre o panorama dos sistemas de produção orgânica no Brasil, a região Sul do país apresentou o maior número de produtores certificados de forma participativa e nos estados do Nordeste e Sudeste a certificação por auditoria apresentou maior número de cadastros. Segundo Altieri (2012), o predomínio da agricultura familiar neste mercado é decorrência de uma série de fatores histórico-culturais, mas também está associado ao fato das empresas e produtores patronais não vislumbrarem na produção orgânica uma alternativa atraente para investir. Atualmente, esse cenário encontra-se em transformação, embora careçam dados definitivos para uma análise agregada da expansão desses “novos atores” no mercado.

Metodologia

Primeiramente, realizou-se a obtenção dos dados e informações referentes aos produtores orgânicos no estado do Rio Grande do Sul. Os dados obtidos em planilhas, em resumo, continham informações como: entidade certificadora, estado/município, nome produtor, escopo de produção e informações cadastrais. Foram utilizadas bases cartográficas vetoriais do IBGE (2015) e da divisão regional dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE) do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2018), necessárias na geração de mapas.

Os dados do Censo Agropecuário Brasileiro de 2006, realizado pelo IBGE, foram coletados no Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2018). Disponíveis na forma de mapas referentes aos “Estabelecimentos que fazem uso de agricultura orgânica e são certificados por entidade credenciada - 2006”, distribuídos na divisão regional do COREDE no estado do Rio Grande do Sul. A coleta de dados referentes ao Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) foi adquirida no banco de dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no período mais recente e completo (ano 2018). Os dados são disponibilizados na forma de planilha, e a conversão da informação em dado espacial ocorreu na forma de indicação geográfica municipal (presente no cadastro para cada produtor). Isso possibilitou a geração de um mapa contendo os Produtores Orgânicos certificados por município do estado do Rio Grande do Sul.

Resultados e Discussão

Conforme o Censo Agropecuário Brasileiro de 2006 (IBGE), no Rio Grande do Sul existiam 441.472 estabelecimentos agropecuários, dos quais, 8.532 proprietários declaravam fazer uso da agricultura orgânica. Porém, desses estabelecimentos que utilizam agricultura orgânica, apenas 662 produtores orgânicos eram certificados,



sendo a maioria destes distribuídos nas regiões (COREDE) da Serra, Vale do Caí e do Litoral (Figura 1). A partir do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) existem no Rio Grande do Sul, em 2018, 2.032 produtores orgânicos certificados. Estes produtores estão distribuídos no estado entre 192 municípios, onde se observou maiores concentrações destes produtores em municípios das regiões (COREDE) Metropolitano/Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos (Figura 2).

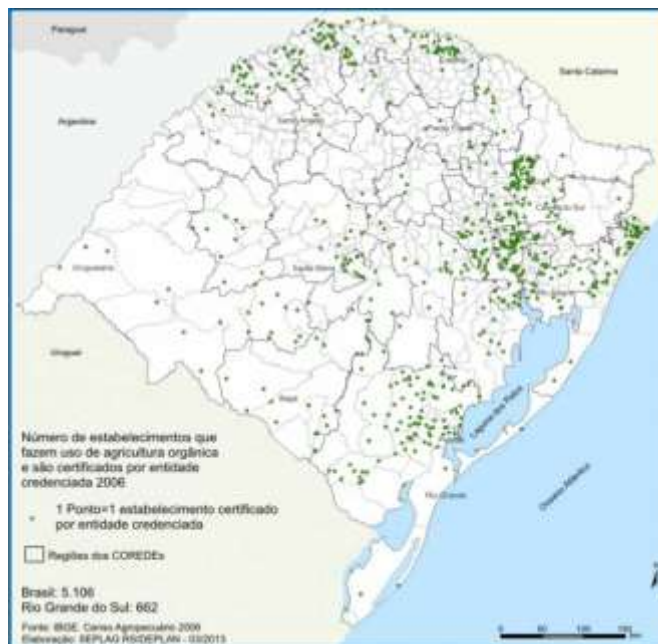


Figura 1. Estabelecimentos que fazem uso de agricultura orgânica e são certificados por entidade credenciada, 2006 - RS. Fonte: Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul (2018)

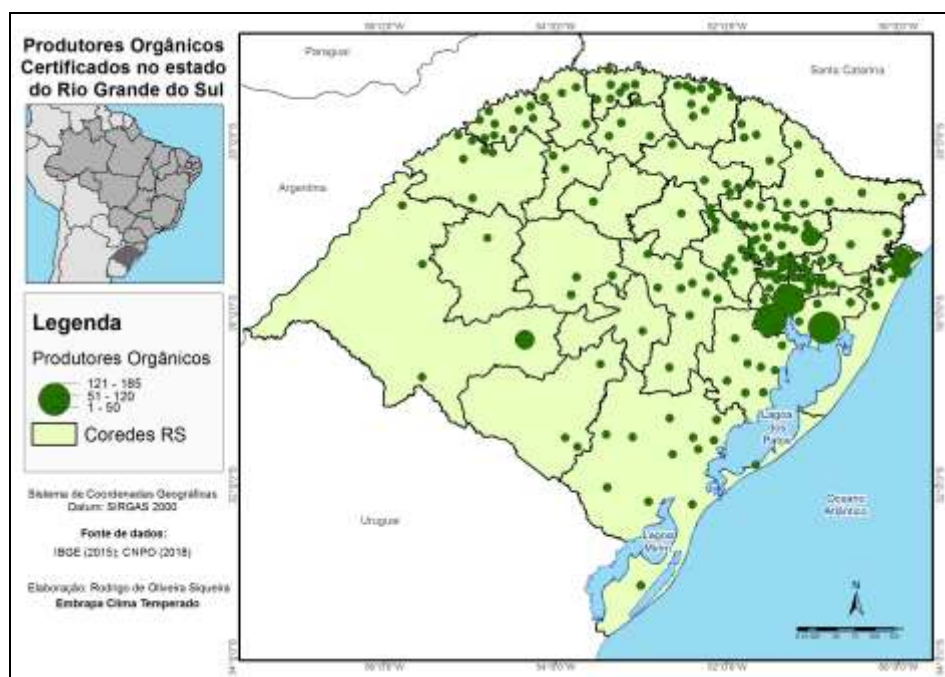




Figura 2. Produtores Orgânicos certificados por município do estado do Rio Grande do Sul.
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do CNPO (2018).

Conclusões

A certificação orgânica atende a uma crescente demanda por alimentos orgânicos, e visa essencialmente regulamentar e facilitar a venda aos consumidores. Destaca-se que a certificação da produção agrícola orgânica é atividade que está em expansão no estado do Rio Grande do Sul. Na análise de dados do censo agropecuário de 2006 contabilizaram-se 662 produtores orgânicos certificados. Comparando com dados atuais (2.032 produtores) houve um crescimento de aproximadamente 206% na quantidade de produtores orgânicos cadastrados entre 2006 e 2018, indicando um significativo crescimento no período de 12 anos.

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FONSECA, M. F. Certificação de sistemas de produção e processamento de produtos orgânicos de origem animal: história e perspectivas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.19, n.2, p.267-297, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Malha cartográfica municipal digital (2015). Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais> Acesso em: 18 abr 2019.

MARINI, F. S. et. al. Panorama da certificação de produtos orgânicos no Brasil e dos instrumentos nacionais de garantia da conformidade: uma análise a partir do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. **Gaia Scientia**, João Pessoa, Volume 10 (4), p. 574-588, 2016.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Notícia 01/04/2019: Em 7 anos, triplica o número de produtores orgânicos cadastrados no ministério. **Comunicação Social – Vida Saudável**, Brasília-DF, 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Brasil agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) 2016-2019**. DF: Brasília, Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica, 2016. 89 p.

NIEDERLE P. A., Almeida L., Vezzani F. M. (org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Editora Kairós, 2013. 393 p.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

XI CBA
Congresso
Brasileiro de
Agroecologia
Ecologia de Saberes:
Ciência, Cultura e Arte na
Democratização dos
Sistemas Agroalimentares



SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO – GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2018)**. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/sementes-e-produtos-organicos>. Acesso em: 18 abr 2019.